

## PARECER Nº 0134/2021

Eu, Maria de Fátima G. Marinho, responsável pelo Controle Interno do Município de Rondon do Pará-PA, nomeada através do Decreto nº 0244/2021, declara que em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.535/TCM, de 01 de Julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0495/2021-SEMAD/PMRP, referente ao Procedimento Licitatório ADESÃO DE ATA (CARONA) Nº A/2021-001-PMRP, que tem como objeto: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 9/2021-003-PMGP, VISANDO AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2021.0037-PMGP, no valor global de R\$ 327.550,00 (trezentos e vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta reais)

CONTRATO Nº 2021.0122, originário do Procedimento Licitatório já identificado, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO, celebrado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ (CONTRATANTE), com a empresa T & S COMERCIAL DE PEÇAS LTDA-EPP, CNPJ Nº 15.185.368/0001-49 (CONTRATADA), no valor de R\$ 207.907,47 (duzentos e sete mil, novecentos e sete reais e quarenta e sete centavos).

Com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666/93, e demais instrumentos legais correlatos que o Contrato encontram-se:

Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório e o Contrato, supramencionados encontram-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente



de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Rondon do Pará, 22 de junho de 2021.